

Magistrados paulistas reivindicam uma Justiça acessível e mais rápida

RECIFE — Em protesto contra o anteprojeto elaborado pela Comissão Afonso Arinos, a Associação Paulista de Magistrados apresentou ontem, no 10º Congresso Brasileiro de Magistrados, que se realiza em Recife, uma moção assinada por 802 dos 900 juizes de São Paulo, defendendo uma Justiça mais rápida e acessível à população. O Presidente da Associação, Desembargador Odyr Porto, acusa a Comissão de não ter se preocupado com isso, o que atribui à ausência de magistrados no grupo.

— Achamos que o maior anseio da população é por uma Justiça eficiente e acessível, e esse justo e humano anseio não foi atendido pelo anteprojeto, que nesse ponto pecou por omissão — observa Odyr Porto.

Defensor dos Juizados de Pequenas Causas, ele disse que os membros da Comissão Arinos descuidaram da criação de “instrumentos populares de participação”, que poderiam agilizar o julgamento de processos. Manifestou-se favorável à

ação penal popular, na qual qualquer pessoa pudesse denunciar crimes cometidos por administradores públicos e entidades financeiras estatais, o que hoje é atribuição exclusiva do Ministério Público.

Contrário à pena de morte e à prisão perpétua, o Desembargador Odyr Porto pediu ainda a criação de novos presídios, “bem organizados, para os criminosos pagarem suas penas em condições humanas”.

A moção dos juizes paulistas será enviada ao Presidente Sarney, após o 10º Congresso Brasileiro de Magistrados, que termina amanhã e conta com a participação de quase 1.500 representantes da classe em todo o País. Amanhã, os congressistas aprovarão uma série de propostas para serem enviadas à Assembléia Nacional Constituinte, informou o Presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco e organizador do congresso, Juiz Aluizio Tenório de Brito.